

ESCRITAS CARCERÁRIAS: O QUE ESTA PRÁTICA NOS REVELA?

Lilian Lafuente¹; Lisiane Sias Manke²

¹Universidade Federal de Pelotas- liliansignorinilafuente@gmail.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – lisianemanke@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A remição da pena pela leitura foi regulamentada pela Resolução nº 391 no ano de 2023, com objetivo de promover a ressocialização e a reintegração social do preso, incentivando o hábito da leitura e o acesso à cultura por meio de práticas sociais educativas, consiste na redução do tempo de pena através da leitura de obras literárias, científicas ou filosóficas. Cada obra lida pode reduzir a pena em quatro dias, com um limite de 12 obras por ano, totalizando até 48 dias de remição anualmente. Sob essa ótica, têm-se relevantes produções escritas que resultam das práticas de leitura e de escrita nas prisões do Rio Grande do Sul. É nesta perspectiva que se situa este recorte de pesquisa, o qual objetiva apresentar as escritas carcerárias produzidas no Presídio Estadual de Camaquã por meio de um projeto de remição de pena pela leitura.

Ao abordar a temática de remição de pena pela leitura e práticas de escrita e leitura em prisões é preciso considerar a realidade do sistema prisional brasileiro. Almeida e Martins Fernandes (2023), no artigo intitulado De um espaço segregado para outro: as relações entre periferia e prisão, analisam a constituição do espaço urbano, a vulnerabilidade e seletividade penal existente no Brasil. Segundo os autores,

a seletividade vai operar com maior frequência em espaços marginalizados que concentram indivíduos já marginalizados por outros marcadores sociais (como raça, classe e gênero), tornando este espaço também um fator de seleção criminalizante. Esse cenário provocará impactos no fenômeno do encarceramento. (Almeida & Martins Fernandes, p. 1539).

Este estudo demonstra que, o sistema prisional e os espaços periféricos (as periferias) possuem uma relação intrínseca de interdependência. Em junho de 2023, a Secretaria Nacional de Políticas Penais divulgou o Relatório de Informações Penais, referente ao primeiro semestre do ano de 2023. Reunindo informações fornecidas pelas secretarias responsáveis pela administração prisional de todos os Estados brasileiros, Distrito Federal e pelo Sistema Penitenciário Federal, forneceu dados, específicos, relacionados a população privada de liberdade. Conforme este documento, o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil ultrapassou a marca dos 640 mil, sendo, 616.930 a população masculina e 27.375 a população feminina. Neste cenário, o Brasil possui a terceira maior população prisional do mundo, são homens e mulheres, em sua maioria, pretos(as) ou pardos(as), com idade entre 18 e 30 anos, com baixa escolaridade que sobrevivem em estabelecimentos prisionais superlotados e em condições precárias.

Com relação as questões educacionais, apenas 134.689 pessoas privadas de liberdade estavam inseridas em turmas que ofertavam alfabetização, ensino

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas.

² Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-graduação em História (PPGH).

fundamental, médio e superior ou cursos técnicos com carga horária acima de 800 horas. No tocante a presença de livros nos estabelecimentos prisionais, o documento aponta a existência de 1.518.447 livros distribuídos em bibliotecas por todo Brasil, sendo, 98. 243 no Estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, RELIPEN, junho de 2023)³.

2. METODOLOGIA

A presente análise faz parte de uma pesquisa finalizada no primeiro semestre de 2025, desenvolvida no curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas que buscou, alicerçada nos princípios teóricos e metodológicos da História Cultural, dar visibilidade à existência de cultura escrita no ambiente prisional. Nessa perspectiva, investigamos a constituição do projeto de remição da pena pela leitura, desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã, chamado “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”, assim como os modos de ler e a apropriação da leitura realizada por pessoas privadas de liberdade. Alicerçado em uma metodologia qualitativa de cunho etnográfico e aliado à pesquisa documental, buscamos compreender os mais diferentes aspectos do fenômeno analisado e suas particularidades. Além dos documentos institucionais, os relatórios de leituras constituídos por escritos, formaram um corpus documental diversificado que nos permitiu diferentes possibilidades de análise do tema investigado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de tratar do conteúdo dos relatórios de leitura é preciso contextualizar esta fonte. O relatório de leitura é produzido pelos leitores aprisionados conforme o modelo solicitado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários. Neste documento oficial, o leitor deve relatar o que compreendeu da obra lida, ou seja, expressar a apropriação da leitura, seja por meio da escrita e/ou desenhos. Após essa prática, o documento passa por uma avaliação da comissão técnica, por profissionais das áreas de serviço social, psicologia e professoras do estabelecimento prisional. Concluída essa etapa, é encaminhado para a Vara de Execuções Criminais da região. É nesse momento que a remição da pena é validada e, conseqüentemente, descontado do tempo de condenação.

Ao analisar os relatórios de leitura nosso objetivo foi verificar a apropriação do conteúdo das obras recorrendo as escritas registradas nos relatórios de leitura, considerando também se, em algum momento, as experiências de vida e as singularidades desse sujeito privado de liberdade refletiam nessa prática.

Com relação à estrutura do relatório de leitura, o mesmo é composto, na parte da frente, por um cabeçalho de identificação da instituição, o local onde deve constar o nome do leitor, da obra lida e do autor, que deve ser preenchido pelo leitor. Para a confecção do relatório sobre a obra são disponibilizadas 30 linhas. No verso, o relatório é composto por campos a serem preenchidos pela comissão de avaliação. O primeiro deles refere-se ao nível de alfabetização do leitor, com relação a prática da escrita, esta é avaliada a partir dos seguintes critérios: estética

³BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais- SENAPPEN. Relatório de Informações Penais – RELIPEN- Primeiro semestre 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf> Acesso em: 10/10/2024.

do texto, limitação do tema, fidedignidade, interpretação, capacidade de síntese, análise crítica e ortografia.

Torna-se necessário destacar que a escrita presente nesta fonte não é uma escrita livre, pois, para ser validada passa por uma comissão de avaliação devendo estar adequada as regras institucionais. Sendo assim, é uma escrita condicionada a controles e imposições, que tem por princípio atender a expectativa dos destinatários.

Em um primeiro contato com os relatórios para posterior análise, observamos que poucos leitores ultrapassam o número de linhas disponíveis, ou seja, a grande maioria adequa sua escrita ao espaço fornecido. Além disto, não encontramos relatórios em duplicidade sobre a mesma obra e leitor, rascunhos ou relatórios inacabados não são enviados para análise e consequente aprovação da comissão. Deste modo, a cada obra lida um único relatório de leitura é enviado para avaliação.

Ao considerarmos a materialidade e o conteúdo dos textos escritos, destacamos a variedade e a riqueza que essas fontes expõem. Por vezes, apresentam elementos da obra lida, pensamento e relatos de experiências pessoais. Nesse cenário, percebemos ser preciso olhar atentamente para o conteúdo dessas produções e para suas peculiaridades. Em alguns casos, o relatório de leitura produzido pelo participante do projeto não tem relação direta com a obra lida, alguns escritos apresentam solicitações dos leitores para demandas pessoais e coletivas. Além disso, através desta fonte é possível observar a competência gráfica dos leitores. Assim, decidimos empregar o termo “escritas marginais” ao tratar dessas escritas, conforme Antonio Castillo Gómez (2021) define:

Quando levado ao terreno da escrita, esta se ressentir das ditas disfunções. O emprego do termo “popular” tem plena validade quando se trata de designar as atividades de cultura escrita protagonizadas pelas classes subalternas. Não obstante, também é frequente referir-se a elas com a expressão mais genérica de “escritas das pessoas comuns”, ou, inclusive, “escritas marginais”, considerando que esta marginalidade se deriva por vários motivos: 1) a necessidade de dar espaço à voz e ao depoimento de muitas pessoas que, com frequência, se situam nos umbrais da sociedade; 2) as peculiaridades de uma competência gráfica que costuma mover-se entre o oral e o escrito; e 3) a vocação de ponto de confluência de distintos enfoques disciplinares e metodológicos. (Gómez, 2021, p. 82-83).

Nessa perspectiva, compartilhamos do entendimento de que os participantes do projeto de remição pela leitura desenvolvido no Presídio estadual de Camaquã compartilham uma subalternidade social, pois, se encontram às margens da sociedade. Ademais, acreditamos que as práticas da leitura e da escrita são condicionadas pela posição social que o leitor ocupa e o lugar em que está inserido.

4. CONCLUSÕES

Ao analisar os relatórios de leitura percebemos as diferentes competências leitoras por meio da prática da escrita, cabe salientar que a maioria dos participantes do projeto de remição de pena pela leitura do Presídio Estadual de

Camaquã possuem o ensino fundamental incompleto como nível de escolarização, constituindo um grupo heterogêneo de leitores.

Constatamos que a avaliação para fins de remição considera se o conteúdo da obra foi assimilado, compreendido pelo leitor por meio do relatório de leitura ou outra forma dependendo das competências de letramento do leitor. Neste sentido, a escrita é corrigida, porém não é fator determinante para aprovação ou reprovação.

Com relação a apropriação das obras lidas e o conteúdo expresso nos escritos, os leitores de certo modo deixam transparecer o significado da leitura em suas vidas, para alguns, ler é um modo de acalmar-se, de receber orientação para vida. São relatórios que expressam os sentidos produzidos a partir da percepção dos leitores sobre o texto, permeados por suas crenças e valores, sem que haja uma descrição fiel do conteúdo lido. Gómez (2021) ao se referir sobre as práticas de escrita nos cárceres franquistas coloca:

“Quando o escrito é contemporâneo aos fatos narrados, o autor atua movido pela vontade de transmitir sua experiência vivida por meio da escrita. Quando o faz, passado o tempo, a razão está mais no desejo de reconciliar-se com seu próprio passado e de fazer deste um ensinamento para os demais” (Gómez, 2021, p. 293).

Nos sentidos diversos possibilitados pelo ato de ler está a relevância de inserir ou manter as pessoas privadas de liberdade no universo da cultura escrita durante o cumprimento de pena.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bruno Rotta; MARTINS FERNANDES, Antonio José. **De um espaço segregado para outro: as relações entre periferia e prisão**. Revista de Direito da Cidade, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1521–1546, 2023.

CASTILLO GÓMEZ, Antônio. **Grafas no Cotidiano: Escrita e Sociedade na História (séculos XVI a XX)**. Trad. De Cristina do Rego Monteiro e Fabiana Calixto. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2021.